

O Congresso Nacional analisa a [Medida Provisória \(MP\) 682/15](#), que atribui à Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, a função de gerir o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) até a liquidação das obrigações do fundo. Na atuação, a ABGF deverá observar as regras fixadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

A medida altera a [Lei 12.712/12](#), que define as atuações da ABGF, como a concessão de garantia contra riscos em programas de créditos habitacionais e a constituição de fundos garantidores e de seguro rural.

Atualmente, a Lei Complementar 137/10 estabelece que o fundo de estabilidade é gerido pelo Instituto de Resseguros do Brasil (IRB-Brasil Re), privatizado em outubro de 2013.

Fundo de catástrofe

Essa lei complementar criou o fundo de catástrofe, ainda não regulamentado, que deve substituir o FESR, criado em 1966, para oferecer cobertura suplementar em casos de catástrofes climáticas, como secas, geadas intensas ou excesso de chuva, com o apoio de subsídios do governo federal.

Pela lei, a União é autorizada a assumir subsidiariamente responsabilidades pela cobertura de riscos de catástrofes do seguro rural não suportados pelo consórcio. Um dos objetivos do fundo de catástrofe é difundir o uso do seguro rural, com adesão significativa dos produtores a partir da redução de custo.

Tramitação

A MP 682/15 será analisada por uma comissão mista, formada por deputados e senadores. Depois, seguirá para votação nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Fonte: [Agência Câmara Notícias](#), em 13.07.2015.